



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola Nacional
de Socioeducação - ENS

Impactos da pandemia nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto nos anos de 2020 e 2021

Gabriela Garcia Plaza Teixeira

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola Nacional
de Socioeducação - ENS

**Impactos da pandemia nas Medidas
Socioeducativas em Meio Aberto nos anos de
2020 e 2021:
Percepções dos trabalhadores da cidade de São
Paulo**

Gabriela Garcia Plaza Teixeira

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Profa. Dra. Adriana da Silva Ramos
de Oliveira

Brasília, 2022

Ata de Avaliação

Resumo

Palavra Chaves: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; Pandemia; COVID-19; Socioeducação; São Paulo.

O objetivo geral do presente trabalho foi a tentativa de compreensão do impacto da pandemia COVID-19 nos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA) e, como objetivo específico, a investigação de como esses impactos aparecem nos discursos dos trabalhadores desses serviços. Para tanto, foi enviado um questionário virtual em grupos de WhatsApp, contendo perguntas abertas e fechadas sobre a temática, que foram respondidos por trabalhadores de SMSE-MA da cidade de São Paulo que atuaram nestes serviços nos anos de 2020 e/ou 2021. O método utilizado para análise das respostas foi o processo de saturação (BROIDE, ESTIVALET, 2018), que resultou em dez categorias de análise (Eixos): 1- Atendimento remoto e vínculo prejudicado; 2- Agravamento das desigualdades socioeconômicas e violências estruturais durante a pandemia; 3- Saúde física e mental dos trabalhadores dos SMSE-MA; 4- Falta de apoio institucional; 5- Relação do SMSE-MA com o Poder Judiciário; 6- Retomada descuidada da execução das medidas em meio aberto; 7- Articulação de rede fragilizada e parcerias prejudicadas; 8- Grande número de atendidos; 9- Coletividade prejudicada pela suspensão dos grupos/oficinas presenciais; 10- Pontos positivos e aprendizados.

SUMÁRIO

Introdução	
Metodologia	
Levantamento, Análise e Resultado	
Conclusão	
Referências	

Introdução

Trabalho enquanto Técnica Social/ Psicóloga em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA), na periferia da Zona Sul, da cidade de São Paulo (mantereí a localização específica em sigilo). Somos um serviço supervisionado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e que é gerido por uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Nosso serviço acompanha o cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que são a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviço à Comunidade, aplicadas pelo Poder Judiciário aos adolescentes julgados pelo cometimento de ato infracional. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Liberdade Assistida visa:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV - apresentar relatório do caso (BRASIL, 1990, p. 70).

Já a Prestação de Serviço à Comunidade, por sua vez:

(...) consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990, p. 70).

Assim como Miranda, Barros e Alves (2021), compreendo a conceituação de socioeducação da seguinte maneira:

(...) o conceito de socioeducação privilegia, por assim dizer, o aprendizado para o convívio social e o exercício da cidadania, fazendo-se necessário, pois, que as políticas públicas sociais estejam constantemente voltadas para a prática e desenvolvimento de ações que visem à

materialização de propostas que impliquem em uma nova forma de o indivíduo relacionar-se consigo e com o mundo. (MIRANDA, BARROS e ALVES, 2021, p. 2).

Além disso, consideramos inextricável a relação do adolescente que comete ato infracional com a realidade estrutural do país. Individualizar e internalizar a questão da socioeducação é não apenas um erro metodológico, mas uma violência. Assim, em tempos de pandemia, é impossível dissociar a situação de crise do país da temática da socioeducação em sua concretude. Portanto, faz-se urgente pensar nos impactos da pandemia nos adolescentes em cumprimento de medidas em Meio Aberto, temática da presente pesquisa.

No entanto, na atualidade, com a pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) que afeta o mundo todo, as instituições e a sociedade, de modo geral, têm se deparado com um novo cenário para atuação, merecendo um destaque especial o campo socioeducativo. Isso porque verifica-se uma grande dificuldade em trabalhar pedagogicamente com os jovens inseridos nesse meio, fazendo-se necessário remodelar urgentemente a forma de convivência social e institucional para que ocorra uma adequação das práticas a serem desenvolvidas (MIRANDA, BARROS e ALVES, 2021, p. 2-3).

Acredito ser importante colocar-me em primeira pessoa, já que abordarei uma temática que vivenciei cotidianamente em minha rotina de trabalho. Iniciei minha atuação na área em março de 2021, ano de pandemia do COVID-19 em que houve um retorno gradual das atividades presenciais e em que, no mês de setembro, retomamos a execução das Medidas Socioeducativas dos adolescentes que atendemos, que estavam suspensas (como será abordado em capítulo posterior).

Sendo, portanto, a realidade pandêmica a única que vivenciei na área da socioeducação, é ela a única que verdadeiramente conheço até então. Optei pela seguinte temática de pesquisa devido a um desejo de compreender de forma mais analítica e sistemática os impactos da pandemia nas Medidas Socioeducativas, para além de minhas percepções pessoais e opiniões fragmentadas. Assim, como objetivo geral, proponho a tentativa de compreensão do impacto da pandemia COVID-19 nas Medidas Socioeducativas em meio aberto e, como objetivo específico, a investigação de como esses impactos aparecem nos discursos dos trabalhadores desses serviços e o que isso desvela sobre a realidade destes.

Parto, no entanto, de algumas percepções que pude ter empiricamente em meu cotidiano de trabalho, para então compreender se minhas suposições se afirmam junto às percepções de outros profissionais ou não. Tenho colegas que trabalham há mais de uma década em Serviços de Medidas e que sempre relatam como os últimos dois anos (2020 e 2021) foram absolutamente sem precedentes, sendo um estado de exceção que alterou radicalmente as dinâmicas e o cotidiano do serviço.

Na cidade de São Paulo, temos muitos Grupos de Trabalho que ligam os vários serviços das várias regiões da cidade e que se reúnem mensalmente em reuniões atualmente virtuais (como o GT de Violência, Formação, Bolsa Trabalho etc.), além de um grande grupo denominado “Articulação”, no qual todos os serviços e trabalhadores estão presentes. Neles, estão presentes representantes dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, em Meio Fechado, Defensoria e Ministério Público. Temos grupos de WhatsApp para cada um dos GT’s, o que auxilia muito na articulação de rede dos serviços.

Assim, pretendo, através destes canais de comunicação, realizar minha pesquisa através de um questionário no Google Forms referente aos impactos da pandemia nos anos de 2020 e 2021 nas Medidas Socioeducativas, aberto a todos os trabalhadores presentes nestes grupos, independente do órgão no qual atuem (mas pedirei que identifiquem, para ter mais precisão na análise das percepções).

Para além da pesquisa de campo do questionário, pretendo fazer uma revisão bibliográfica daquilo que já está sendo produzido academicamente sobre a socioeducação em tempos de pandemia. Em uma breve pesquisa, alguns títulos já bastante interessantes surgiram: Diálogos sobre a socioeducação em tempos de pandemia (MIRANDA, LOPES, 2021), Ecos da pandemia nos sistemas socioeducativos: Masculinidades caricatas e suas propagações securitárias (VINUTO, 2020), Ações socioeducativas em tempos de pandemia (MIRANDA, ALVES, 2021).

No entanto, ainda que em pesquisa breve, os resultados foram muito escassos e, os poucos que apareceram são quase exclusivamente sobre o Meio Fechado. Tal fato justifica a relevância da presente pesquisa, que contribuirá para a produção científica na área e que mostrará um vislumbre dos efeitos pandêmicos para além do Meio Fechado socioeducativo e das penitenciárias adultas, o que penso ser de inestimável valor, já que certamente sentiremos ainda por muito tempo tais efeitos na prática da socioeducação.

A escolha pelo questionário se deu para haver uma maior abrangência numérica de trabalhadores e para que a pesquisa se torne fosse viável, considerando que foi realizada em um curto período; e a escolha por ouvir diretamente os trabalhadores se dá pela compreensão de que estes vivenciaram no cotidiano concreto o que foi a pandemia para as medidas, possibilitando uma compreensão analiticamente rigorosa da realidade.

Metodologia

Como citado brevemente na Introdução, a metodologia principal da presente pesquisa será a coleta de dados através de um Google Forms, o qual foi enviado via WhatsApp, nos Grupos de Trabalho de profissionais, da cidade de São Paulo, com vários setores que trabalham com Medidas Socioeducativas das várias regiões da cidade (como o GT de Violência, Formação, Bolsa Trabalho etc.). Do mesmo modo, um grande grupo denominado “Articulação”, no qual todos os serviços e trabalhadores estão presentes. Neles, estão presentes representantes dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, em Meio Fechado, Defensoria e Ministério Público. O questionário foi disponibilizado para todos esses trabalhadores, a fim de diversificar os resultados e enriquecer a pesquisa. Sobre a utilização de questionário enquanto método de coleta de dados:

o questionário, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Assim, nas questões de cunho empírico, é o questionário uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, tanto do empreendimento quanto do mercado que o cerca, e que serão basilares na construção da pesquisa. O mesmo autor supracitado (p. 128/129) apresenta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados: a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (CHAER, DINIZ E RIBEIRO, 2013, p. 260).

Tal questionário online do Google Forms, contará com questões fechadas e objetivas, nas quais a resposta deverá ser um item selecionado em múltipla escolha (exemplo: Sim, Não, Talvez), e questões abertas, para que haja um enriquecimento do

conteúdo coletado e para que os participantes possam aprofundar suas percepções. As perguntas serão amplas e abrangentes, a fim de não haver um direcionamento prévio por parte da pesquisadora e visando possibilitar a expressão livre do máximo de conteúdos possível.

Para além da pesquisa de campo do questionário, foi realizada uma pesquisa bibliográfica daquilo que já está sendo produzido academicamente sobre a socioeducação em tempos de pandemia em plataformas de artigos acadêmicos. Utilizarei tudo aquilo que possa dialogar e contribuir com a temática aqui proposta. Sobre a opção de um levantamento da bibliografia:

optou-se pela abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica, que tem o documento como objeto de investigação. Assim, a pesquisa foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, normativas, decretos e recomendações (GIL, 2008). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica é realizada buscando efetuar o levantamento de um saber disponível sobre teorias e concepções, com o intuito de analisar, produzir ou explicar um objeto que está sendo investigado (MIRANDA, LOPES, 2021, p. 216)

Pensando na análise dos dados coletados nos questionários, partiremos da metodologia utilizada na pesquisa “População de Rua - Pesquisa Social Participativa” (BROIDE, ESTILAVET, 2018), chamado de processo de saturação, especialmente no tocante às questões abertas. A metodologia do processo de saturação é a forma que visa orientar a leitura e sistematização dos dados coletados no levantamento dos questionários. Ainda que na pesquisa original tal método seja utilizado para a análise de entrevistas, acreditamos que seja igualmente possível utilizá-lo para a análise de respostas escritas. O processo de saturação consiste no seguinte:

Os emergentes da pesquisa apontavam significantes. Na medida que esses significantes se repetiam, ou se apresentavam de distintas formas, mas com o mesmo sentido, chegava-se ao que chamamos de processo de saturação. A partir desse ponto, foi possível construir categorias de análise (...). Inicialmente enquanto hipóteses, que podiam ou não se manter, até que apresentassem densidade e relevância (BROIDE, ESTILAVET, 2018, p. 30).

Ou seja, atentar-me-ei aos significantes com sentido semelhante que se repetem nas várias respostas, através de uma leitura atenta e, através do agrupamento dos significantes de sentidos similares, formarei categorias de análise divididas, as quais chamarei de Eixos.

Levantamento, Análise e Resultado

• LEVANTAMENTO

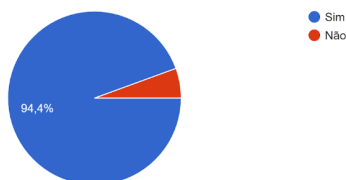
Como explicitado, a metodologia consistiu em um questionário feito no Google Forms, que ficou aberto ao público de 19 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2022. O questionário foi enviado nos grupos de WhatsApp citados anteriormente (junto a uma mensagem explicativa de apresentação). Além disso, requisitei o auxílio de professoras da graduação da PUC-SP que atuam na área para que ajudassem na divulgação em outros grupos. Foram obtidas 18 respostas. Nesta primeira parte, explicitarei os dados obtidos no Levantamento. A organização se dará da seguinte maneira: será exposta cada questão do questionário e, abaixo, colocados os gráficos provenientes das respostas dessa e as respostas escritas, caso tenham sido estas abertas (irei indicar se a pergunta foi aberta ou fechada).

A primeira parte objetivou informações básicas sobre aquele que estivesse respondendo, a fim de uma melhor contextualização de quem são em termos de função no Meio Aberto e onde trabalham na cidade de São Paulo.

1ª questão (fechada): Você trabalha/ trabalhou em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto durante os anos de 2020 e/ou 2021?

Gráfico 1 -

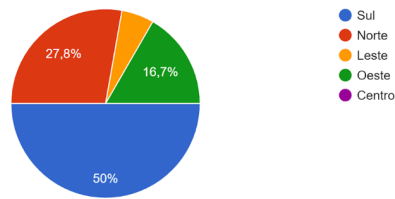
Você trabalha/ trabalhou em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto durante os anos de 2020 e/ou 2021?
18 respostas



2ª questão (fechada): Em qual região da cidade de São Paulo você atua?

Gráfico 2 -

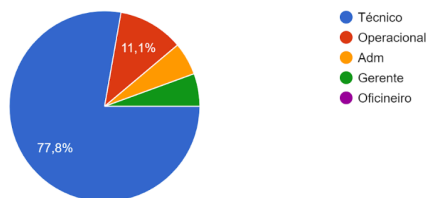
Em qual região da cidade de São Paulo você atua?
18 respostas



3ª questão (fechada): Qual sua função?

Gráfico 3 -

Qual sua função?
18 respostas

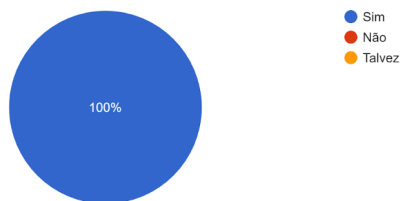


A segunda parte do questionário envolveu questões fechadas e abertas, focadas nas afetações da pandemia nos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de São Paulo. As respostas das perguntas abertas não serão expostas no tópico *Resultados*, a fim de que não sejam repetidas, já que serão explicitadas e analisadas nos *Eixos* do tópico *Análise*. Considero que os aspectos mais significativos e reveladores da presente pesquisa apareceram justamente nas respostas abertas, nas quais os trabalhadores puderam discorrer melhor e de forma mais aprofundada sobre suas opiniões.

1ª questão (fechada): Você sente que a pandemia de COVID-19 afetou seu trabalho na área das Medidas Socioeducativas nos anos de 2020 e 2021?

Gráfico 4 -

1- Você sente que a pandemia de COVID-19 afetou seu trabalho na área das Medidas Socioeducativas nos anos de 2020 e 2021?
18 respostas

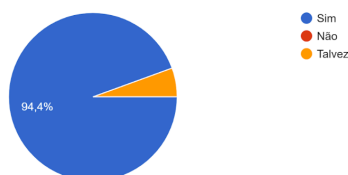


Complemento (aberta): Se você respondeu "Sim" ou "Talvez" na última questão, conte de qual forma você acredita que seu trabalho foi afetado pela pandemia (escreva como preferir; exemplo: texto corrido, tópicos, detalhado, breve etc).

2ª questão (fechada): Houve perdas/ problemas/ pontos negativos que você observa decorrentes da pandemia em seu serviço?

Gráfico 5 -

2- Houve perdas/ problemas/ pontos negativos que você observa decorrentes da pandemia em seu serviço?
18 respostas

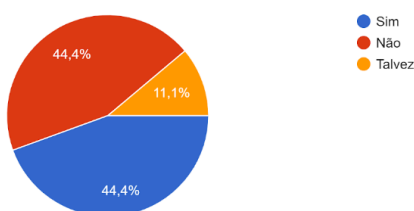


Complemento (aberta): Se você respondeu "Sim" ou "Talvez" na última questão, conte quais as perdas/ problemas/ pontos negativos decorrentes da pandemia (escreva como preferir; exemplo: texto corrido, tópicos, detalhado, breve etc.).

3ª questão (fechada): Houve ganhos/ benefícios/ pontos positivos que você observa decorrentes da pandemia em seu serviço?

Gráfico 6 -

3- Houve ganhos/ benefícios/ pontos positivos que você observa decorrentes da pandemia em seu serviço?
18 respostas



Complemento (aberta): Se você respondeu "Sim" ou "Talvez" na última questão, conte quais ganhos/ benefícios/ pontos positivos decorrentes da pandemia (escreva como preferir; exemplo: texto corrido, tópicos, detalhado, breve etc.).

4ª questão (aberta): Tudo que você puder contribuir será muito importante para enriquecer a pesquisa! Por exemplo: Você reparou uma queda no número de adolescentes atendidos? Atribui essa queda a quê? Como foi a retomada da execução das medidas em meio aberto (LA e PSC) em 2021? Qual impacto o atendimento à distância teve no vínculo? Como foi estar sem os grupos? Houve oficinas online? Etc.

No próximo tópico, as respostas (fechadas e abertas) serão analisadas. As respostas abertas (devido a sua maior complexidade e diversidade) serão analisadas nos Eixos, que foram desenhados através do processo de saturação (explicitado em Metodologia).

- **ANÁLISE**

A execução das Medidas Socioeducativas em Meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) foi suspensa, inicialmente, em março de 2020 (Provimento CSM n. 2546/2020) e retomada apenas a Liberdade Assistida em formato híbrido (online e presencial) em agosto de 2020 (Provimento 2020 CSM n. 2565/2020). Foram novamente suspensas em março de 2021 (Provimento CSM nº 2600/2021) e retomadas, agora em formato totalmente presencial, em setembro de 2021 (Provimento CSM No 2626/2021). Durante as duas suspensões, houve vários Provimentos de prorrogação da suspensão. Portanto, encontramos, no momento, com todas as atividades presenciais retomadas e execução regular das medidas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).

Conforme o **Gráfico 1**, os dados levantados foram coletados com trabalhadores de Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que aqui iremos nos referir como SMSE-MA, da cidade de São Paulo que atuaram neste serviço nos anos de pandemia, 2020 e/ou 2021. Uma importante variável que afetou a coleta já é vista no **Gráfico 2**: 50% desses trabalhadores são da Zona Sul de São Paulo, o que certamente

tem correlação com o fato de eu, a pesquisadora, atuar em um serviço na zona Sul e ter divulgado a pesquisa online e presencialmente para meus colegas de trabalho.

No **Gráfico 3**, mais um atravessamento se evidencia: 77,8% das respostas são de técnicos, ou seja, trabalhadores com graduação que atuam como Técnicos Sociais. Em primeiro lugar, acredito que tal fato se dá devido a, nos Grupos de Trabalho e Articulação do WhatsApp, os participantes serem em sua maioria técnicos. Ou seja, quem mais recebeu a divulgação do questionário foram Técnicos Sociais. Esse fato não necessariamente prejudica a pesquisa, mas compreendemos que as demais funções (operacional, administrativo e gerente) podem acrescentar outras perspectivas e enriquecer as compreensões com outra forma de olhar os impactos e implicações da pandemia que não a técnica; assim como a presença dessas outras funções nos grupos de WhatsApp citados poderiam ser igualmente enriquecedores para todas as demais discussões no município.

Conforme o **Gráfico 4**, 100% dos que responderam entendem que a pandemia afetou o trabalho nos SMSE-MA, e, no **Gráfico 5**, 94,4% responderam que houve perdas/ problemas/ pontos negativos decorrentes da pandemia no serviço (5,6% responderam que talvez e, portanto, 0% que não). Já no **Gráfico 6**, questão referente a ganhos/ benefícios/ pontos positivos decorrentes da pandemia no serviço, as respostas ficaram bastante divididas: 44,4% responderam que não houve, 11,1% que talvez, e 44,4% que houve.

Vale ressaltar que as pesquisas encontradas sobre Medidas Socioeducativas em contexto pandêmico foram apenas três e, estas, exclusivamente sobre o meio fechado e a semiliberdade. Nossa hipótese é de que, como na internação existem violações de direitos mais gritantes e menos sutis, muitas vezes a análise do meio aberto fica inviabilizada. Geralmente o meio aberto surge nessas pesquisas como alternativa ao encarceramento nas Fundações Casa. Ainda que concordemos que a forma mais autenticamente socioeducativa é o meio aberto, este também apresenta problemáticas específicas que merecem análise, a fim de melhorar sua qualidade e, portanto, a garantia de direitos desses adolescentes. Especialmente em tempos de pandemia.

Finalmente, ressaltamos que a presente pesquisa foi realizada com trabalhadores da cidade de São Paulo e que, portanto, a realidade pandêmica no meio aberto em outros

municípios pode ter sido diferente, o que exige urgentemente pesquisas de maior abrangência neste assunto.

Agora, iremos expor os Eixos construídos através do processo de saturação (leitura atenta, exaustiva e repetitiva das respostas das questões abertas), que, através do agrupamento das respostas com sentidos similares, desembocou em categorias de análise (aqui chamadas de Eixos). Tais Eixos foram enriquecidos e fundamentados com a bibliografia encontrada sobre o tema e com minha própria experiência e percepções enquanto Técnica Social a partir de março de 2021.

EIXO 1 - ATENDIMENTO REMOTO E VÍNCULO PREJUDICADO

Enquanto primeiro eixo, abordarei a temática que mais insistentemente surgiu nas respostas. Durante os períodos de suspensão da execução das medidas, o atendimento foi centralmente remoto: por ligação e mensagem no WhatsApp. Em boa parte das respostas, a questão do vínculo fragilizado por conta da suspensão dos atendimentos presenciais no Meio Aberto se colocou. A relação entre técnico e adolescente/família foi gravemente prejudicado, impossibilitando o técnico de conhecer a fundo o contexto sociofamiliar e a realidade do adolescente, suas singularidades, vulnerabilidades e potencialidades. Em seguida, algumas das respostas a fim de exemplificar:

Isolamento e não ter mais contato com as famílias. / Qualidade no atendimento e vínculo com atendidos fragilizado./ O contato com o adolescente e a família foi prejudicado. Por telefone ou mídia social, a qualidade do atendimento e acompanhamento perdeu a qualidade./ Houve pouca conexão e interação com os atendidos, uma vez que o Socioeducativo é movido também por propostas presenciais / O atendimento presencial, principalmente o inicial é fundamental para o vínculo dos adolescentes e familiares. / Dificuldade de acessar e de compreender o contexto social e dinâmica das famílias e adolescentes. / A quebra de vínculo com os atendidos, que foi construído arduamente. Em virtude do trabalho remoto ao falarmos com os adolescentes por meio de telefonema ou pelos aplicativos de mensagens, foi um tanto quanto angustiante, pois os garotos/garotas são bem monossilábicos não conseguindo estabelecer um diálogo./ Dificuldades de vínculo com os adolescentes. / Atendimento direto face a face trás muitas possibilidades./ Maior dificuldade de vinculação com adolescentes que iniciaram o cumprimento das medidas durante a suspensão

das atividades presenciais./ Dificuldade de acessar e de compreender o contexto social e dinâmica das famílias e adolescente./ A Pandemia contribuiu para o afastamento da maioria dos adolescentes./ Desmotivação, afastamento, perda de vínculo. Geralmente por aparelho celular de parentes, poucos adolescentes possuem aparelho próprio e essa condição de altera (COLETA DE DADOS, 2022).

A questão do vínculo, no atendimento socioeducativo, não é um mero detalhe, e sim a essencialidade do trabalho. Evocamos, aqui Miranda; Alves e Barros (2021), em sua pesquisa sobre socioeducação em tempos pandêmicos. No trecho, os autores abordam com clareza como o vínculo entre o técnico e o socioeducando é primordial. Nosso questionamento é: sem isso, que tipo de trabalho socioeducativo no Meio Aberto é/foi possível?

Diante desse contexto, as pessoas que atuam nas unidades socioeducativas possuem a função da socioeducação intrínseca às suas atribuições, fazendo com que a ação socioeducativa nos Centros de Socioeducação deva ser imbuída da finalidade de possibilitar um processo de construção ou reconstrução de projetos de vida reais e possíveis de serem concretizados, que transformem as rotas de vida dos jovens ali inseridos, desprendendo-os da prática de atos infracionais. (...) Com a vinculação entre educador e educando, a indiferença deixa de existir e as pessoas vinculadas passam a pensar, falar, referir, lembrar, identificar, refletir, interessar, complementar, irritar, discordar, admirar e sonhar um com o outro ou com o grupo, corroborando o entendimento de que a educação, independentemente do tipo, possui natureza social, fazendo com que seja necessária a implementação de projetos sociais compartilhados voltados para a efetiva (re)significação da identidade do jovem (MIRANDA, ALVES, BARROS, 2021, p. 8).

Ainda que as medidas estivessem suspensas, o judiciário não deixou de aplicá-las e exigir dos técnicos que, ainda que sem poder atender e nem ao menos fazer a acolhida (momento em que o jovem chega ao serviço) presencialmente, fosse “mantido o vínculo remotamente”, sem grandes esclarecimentos ou orientações do que viria a significar isso, ou sem uma compreensão sobre o que é o vínculo, como a exposta acima.

Isso prejudicou não apenas a formação de um consistente vínculo no momento de suspensão, como também o posterior momento de retomada do cumprimento das medidas, já que muitos jovens passaram meses após o julgamento sem poder estar ou

conhecer o serviço e, após o judiciário estabelecer a retomada, foi exigido deles que se vinculassem e cumprissem suas medidas de imediato. A lacuna temporal entre cometimento do ato infracional, audiência (várias foram suspensas e postergadas para meses depois) e efetivo início do cumprimento após retomada viola o princípio de brevidade do SINASE (BRASIL, 2012), como aparece nas seguintes respostas: “dificuldade para retomada dos jovens que mantiveram acompanhamento durante suspensão, falta de atualidade e contemporaneidade / Extensão no cumprimento das medidas”.

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: (...) V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) (BRASIL, 2012).

Além disso, outra grave falta que atravessa o atendimento remoto no Meio Aberto em período de suspensão é o não acesso ou acesso precário à internet e tecnologias por parte dos atendidos e suas famílias, acesso este que não era garantido pelo Judiciário ou por qualquer outra instância do Estado. Ou seja, o vínculo era impossibilitado não só pelas dificuldades próprias do atendimento remoto, mas pela impossibilidade deste por condições materiais, somado à violência da culpabilização das famílias e jovens, chamada comumente de “não adesão”. Isso surgiu, também, em várias das respostas:

Dificuldades de acesso aos adolescentes pelo meio de celular e acesso à internet./ Falta de acesso à internet./ Geralmente por aparelho celular de parentes, poucos adolescentes possuem aparelho próprio e essa condição de altera./ Maior parte dos adolescentes não possui aparelho celular e acesso ilimitado à internet para acompanhar atividades online./ Alguns jovens não têm nenhuma forma de contato, aparelho celular, acesso a internet ou redes sociais./ Dificuldade de acesso dos socioeducandos e famílias a internet, etc./ Houve um rompimentos de comunicação, atividades socioculturais, educativo e sociopolítica, uma vez que não são todos que detém aparelho de celular para atendimentos remotos./ Alguns jovens não têm nenhuma forma de contato, aparelho celular, acesso a internet ou redes sociais (COLETA DE DADOS, 2022).

EIXO 2 - AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E VIOLÊNCIAS ESTRUTURAIS DURANTE A PANDEMIA

A população atendida nos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio aberto é composta, majoritariamente, de meninos pretos, pobres e periféricos (fato que nós, trabalhadores do serviço, constatamos cotidianamente e empiricamente), devido a fatores e determinações complexas, históricas e estruturais, que aqui não será possível abordar em profundidade. Os dados percentuais sobre essa população são escassos, reflexo da invisibilização de tal pauta e população. No entanto, segundo o Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social, do ano de 2018, com relação à incidência de atos infracionais e aplicação de medidas em meio aberto por gênero, há uma prevalência masculina no grupo e, sobre a questão racial:

O item raça não foi utilizado na pesquisa atual, pela necessidade que o próprio SUAS tem em avançar sobre nessa discussão, todavia, baseando-se no público encontrado no meio fechado, pode-se ter pistas que possibilitem uma leitura racial do cenário da LA e da PSC no Brasil. No levantamento da semiliberdade e da internação, quase 60% dos adolescentes são considerados pretos ou pardos contra 22% de brancos e 16% sem informação de cor (BRASIL, 2018, p. 24).

Assim como Vinuto (2020), compreendo que a pandemia de Covid-19, para muito além de um fato biológico, tem sérias implicações sociais. Considerando que a população atendida pelo serviço em questão é uma das mais vulnerabilizadas do Brasil, compreende-se que, durante a pandemia, desigualdades socioeconômicas e violências estruturais se agravaram, afetando diretamente tal população e agravando uma situação que, anteriormente à pandemia, já era grave. A pesquisa de Neri (2021), da Fundação Getúlio Vargas, intitulada “Desigualdade de impactos trabalhistas da pandemia”, confirma numericamente a crise econômica e aprofundamento da pobreza no Brasil:

a proporção de pessoas com renda abaixo da linha de pobreza de R\$ 261 por pessoa era, antes da pandemia, 10,97%, passando em setembro 2020 o melhor ponto da série função da adoção do Auxílio Emergencial pleno para

4,63%, 9,8 milhões de brasileiros. No primeiro trimestre de 2021 função do Auxílio Emergencial suspenso, atinge 16,1% da população. 34,3 milhões de pobres correspondendo a 25 milhões de novos pobres. Finalmente com a adoção do novo auxílio em escala reduzida com duração limitada a partir de abril de 2021 com alguma retomada 12,98%, 27,7 milhões de pobres pior do que antes da pandemia do Covid (NERI, 2021, p. 8).

Nas respostas da presente pesquisa, para além do não acesso à internet para o acompanhamento remoto dos atendidos (expostos no Eixo anterior), a questão do aprofundamento das desigualdades brasileiras na pandemia apareceu diversas vezes e de diferentes formas, conforme é possível constatar nas respostas abaixo:

Escolarização prejudicada./ Visto que uma grande parte dos adolescentes atendidos bem como seus familiares vivenciam inúmeras expressões da questão social. Dentre elas o desemprego, a falta de acesso à internet, não conseguindo sequer manter a segurança alimentar. Tínhamos dificuldades em manter o contato com os atendidos, observamos também que houve grande prejuízo na escolarização de uma grande porcentagem destes atendidos por não terem acesso à internet./ Demandou entrega de cestas alimentícias em ações sociais./ Educação com dificuldades./ Perceptível aumento da fome e da violência policial e violências de outras ordens./ Maior parte dos adolescentes não possui aparelho celular e acesso ilimitado a internet para acompanhar atividades online, a maioria está se dando através da apostila, que só foi garantida a partir do segundo semestre, com retirada na unidade escolar./ As escolas só conseguem disponibilizar maiores informações sobre os jovens que acompanham plataforma digital, o que não é o caso na maioria dos jovens que acompanhamos, dificuldade de compreensão das unidades escolares./ Dificuldade dos jovens em acompanhar conteúdo online, Classroom, falta de acesso à internet. Dificuldade de realizar exercícios, não comparecem a escola para tirar dúvidas e não se comunicam com a escola para resolução. Poucos jovens estão indo presencialmente, período curto e professores focam nos exercícios mais que nos conteúdos./ Inserção em cursos profissionalizantes: maior parte dos adolescentes não possui aparelho celular e acesso ilimitado à internet para acompanhar atividades online./ Inclusão no mercado de trabalho: já é uma área de dificuldade e com a pandemia não contamos com nenhum programa de incentivo ao trabalho para os jovens./ Muitos familiares perderam o emprego neste período. Houve acesso ao auxílio emergencial./ Pouca expectativa de conseguir vaga de trabalho durante período de isolamento social (COLETA DE DADOS, 2022).

Seja na questão da evasão escolar em massa, da falta de tecnologia para acompanhamento escolar, do desemprego, das dificuldades no mercado de trabalho e do acesso à cursos profissionalizantes, da insegurança alimentar, da fome, do aumento da violência policial etc, as desigualdades sociais brasileiras se aprofundaram na pandemia, o que inevitavelmente afetou a Socioeducação.

EIXO 3 - SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS TRABALHADORES DOS SMSE-MA

Outro sentido muito presente foi o adoecimento físico e mental dos funcionários trabalhando durante a pandemia. Mesmo durante a suspensão, os trabalhadores seguiram atuando no presencial, às vezes com horário reduzido ou escala alternada, porém isso com acordos internos da Organização da Sociedade Civil (OSC) que gere o serviço em questão e não enquanto diretriz oficial por parte da SMADS. Assim, funcionários se expuseram durante toda a pandemia, desnecessariamente no transporte público e entre a equipe (já que o atendimento presencial dos adolescentes estava proibido, sujeito inclusive a retaliações por parte do judiciário mesmo em casos de extrema vulnerabilidade).

O Poder Judiciário, no entanto, retomou suas atividades presenciais apenas em setembro de 2021, com a retomada da execução das Medidas Socioeducativas, quando a maioria das pessoas já havia tomado ao menos a primeira dose das vacinas contra COVID-19. Os trabalhadores dos Serviços de Medidas Socioeducativas nunca puderam oficialmente exercer seu trabalho remotamente durante a pandemia.

Para além do perigo de contágio, de si e de familiares (em vários casos, pertencentes a população de risco), o adoecimento mental decorrente de tamanho estresse e temor agravou a situação dos trabalhadores das Medidas, como podemos ver nas seguintes respostas: “desestabilização emocional da equipe técnica / Funcionários contaminados, óbitos/ O principal ponto de prejuízo que percebo é o desgaste emocional” (COLETA DE DADOS, 2022).

A pesquisa de Vinuto (2020), ainda que sobre o Meio Fechado, aponta para uma constatação semelhante no tocante aos trabalhadores da Socioeducação durante a pandemia:

entretanto, pouco se fala sobre os efeitos desses diferentes passos na jornada de trabalho dos profissionais atuantes nos centros de internação do país. Um primeiro ponto é que (...) dificilmente haverá quantidade adequada de equipamentos de proteção individual (EPI), como máscaras, luvas ou álcool em gel, como já foi denunciado no Ceará e no Rio de Janeiro (BORGES, 01/04/2020; MEPCT/RJ, 22/05/2020). Para compreender alguns problemas específicos vivenciados por esses profissionais, podemos olhar para a primeira epígrafe deste artigo, já que ilustra como tal situação afeta singularmente suas vidas. No relato, observa-se um servidor que se sente vulnerável no trânsito entre sua casa e o centro de internação, já que pode ser foco de transmissão em ambas as direções: ele afirma não haver preocupação institucional com o trabalhador, que “tem familiares; muitos moram com idosos, crianças” (VINUTO, 2020, p. 3).

Além disso, outra variável extremamente relevante, que não surgiu nas respostas, porém se faz necessário pontuar, é o grave efeito que o negacionismo científico do presidente da República Jair Bolsonaro teve, conforme Almeida; Lüchmann e Martelli (2020) discutem em seu artigo:

É com espanto que o mundo assiste aos pronunciamentos e acompanha o comportamento do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia da Covid-19, desde a afirmação de que se trata de uma “gripezinha”, passando pela obsessão ao uso indiscriminado da “cloroquina”, pela defesa do fim do isolamento social e, como corolário, pelos embates e conflitos com governadores que têm se posicionado de forma responsável diante da pandemia no país. As demissões de dois ministros da saúde no contexto da pandemia e as aparições em eventos e manifestações públicas sem máscara e em total desacordo com os protocolos da Organização Mundial de Saúde são exemplos inquestionáveis do descaso governamental com a doença e com as mortes que, a cada dia, assolam os brasileiros em uma proporção (uma morte por minuto) que supera todas as estatísticas de óbitos no país (ALMEIDA, LUCHMANN E MARTINELLI, p.21, 2020).

Conforme trecho abaixo de Vinuto (2020), tal postura contribuiu para o aumento do risco de contágio na área, o que se explicitou nos discursos de trabalhadores da Socioeducação. .

Para discutir uma das diversas dimensões da experiência desses profissionais, gostaria de chamar atenção a partir de agora para a segunda epígrafe apresentada no início deste ensaio. Nela, o profissional não fala necessariamente em falta de EPI, mas na indisposição de alguns colegas em usá-lo, já que teriam “tanta testosterona e fé no Messias que creem mesmo que isso é só uma gripezinha”. Tal afirmação sugere que não bastariam condições materiais adequadas para o enfrentamento da Covid-19, pois o usufruto das

mesmas dependeria de saberes, valores e representações socialmente partilhadas por esses profissionais. Isso indica que é necessário analisar tanto as condições materiais capazes de permitir a prevenção da doença quanto as disputas sobre o que é esperado e razoável (WEBER, 1999[1921]; GARFINKEL, 2018[1967]; GOFFMAN, 2012[1974]) nesse momento de crise mundial. Dessa forma, penso as narrativas desses servidores a partir de seu envolvimento intersubjetivo no que definem como realidade e, assim, a percepção desses atores é analisada como dimensão compartilhada de sentidos, que é indissociável do contexto em que atuam (VINUTO, 2020, p. 4).

Até os dias atuais (2022), presenciamos famílias e adolescentes que se recusam a se vacinar, justificando-se com os discursos do presidente e, assim, colocando em risco a eles próprios e a esses trabalhadores.

EIXO 4 - FALTA DE APOIO INSTITUCIONAL

Apareceu, em várias das respostas, a falta de apoio institucional especialmente por parte da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), como é possível ver nas seguintes respostas:

Tivemos que nos reinventar para o trabalho remoto durante a suspensão das medidas, sem qualquer suporte por parte da SMADS./ Não houve suporte da SMADS para estruturação do acompanhamento remoto./ Utilizamos plataformas gratuitas, porém, de empresas privadas como Google, não houve nenhum suporte da SMADS./ SMADS: Houve um trabalho da Articulação de verificar as situações dos serviços e construir um plano de retomada que foi totalmente desconsiderado pelo Judiciário e conseqüentemente pela SMADS, que tem, receio de se posicionar perante o Judiciário./ O Plano de Contingência dos Serviços de Medida Socioeducativas em Meio Aberto para situação de emergência em decorrência da COVID-19, só foi aprovado e publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 22/08/2020, ou seja, após duas semanas da retomada das medidas./ Pouco suporte da SMADS (COLETA DE DADOS, 2022).

Tal falta de apoio, conforme explicitado no Eixo 3, diz especialmente respeito ao fato de a SMADS ter deixado a critério das OSCs como lidar com os funcionários em contexto pandêmico, diferentemente do que se passou com o Poder Judiciário, por exemplo. Assim, os trabalhadores ficaram sujeitos às decisões, muitas vezes arbitrárias ou sem o devido cuidado, das Organizações em que trabalham, sem uma segurança ou

garantia oficial por parte do Estado, como redução da jornada, trabalho remoto, escala etc. (possibilidades reais no trabalho em Meio Aberto durante a suspensão da execução das medidas e proibição do atendimento presencial).

Em um contexto de crise sanitária e situação de exceção, deixar o trabalhador desassistido e sem respaldo por parte da Secretaria tem sérias consequências para a saúde física e mental deste e de sua família, conforme explicitado no último Eixo. Acreditamos ser necessária uma reflexão para que, em próximas crises, haja um manejo mais consistente e responsável por parte do Estado; no entanto, vemos que tal reflexão se deu apenas entre os trabalhadores que sofreram com isso, e não entre os detentores de verdadeiro poder para alterar a situação. Cabe, a nós trabalhadores, a denúncia daquilo que consideramos inaceitável, como aqui faço.

EIXO 5 - RELAÇÃO DO SMSE-MA COM O PODER JUDICIÁRIO

Um aspecto levantado em várias respostas foi a conflituosa relação entre os SMSE-MA e o Poder Judiciário (juiz, promotor e defensor público). Como explicitado acima, o Poder Judiciário se manteve em trabalho remoto, enquanto os trabalhadores do Meio Aberto nunca deixaram de ir presencialmente durante a pandemia. Tais trabalhadores vivenciaram concretamente a crise pandêmica e os incontáveis e complexos problemas que atravessaram o cumprimento em Meio Aberto; ou seja, experienciaram diretamente a realidade e, portanto, adquiriram muitos conhecimentos. No entanto, raramente foram consultados em momentos de grandes tomadas de decisões. Em seguida, algumas das respostas:

Manutenção dos relatórios e relatório adicional sobre acompanhamento remoto após 60 dias da suspensão das medidas / O Plano de Contingência dos Serviços de Medida Socioeducativas em Meio Aberto para situação de emergência em decorrência da COVID-19, só foi aprovado e publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 22/08/2020, ou seja, após duas semanas da retomada das medidas. Enquanto isso ocorreu é que o prazo de 30 dias para realizar e peticionar os relatórios sobre os comparecimentos manteve-se enquanto não havia protocolos de segurança de funcionamento dos serviços formalizados / Ilegalmente solicitou datas de atendimento, mesmo diante da suspensão das medidas/ Defensoria Pública: Pouca atuação diante das inúmeras ilegalidades durante o período de suspensão (COLETA DE DADOS, 2022).

Como se percebe nas respostas, os trabalhadores denunciam uma grave falta de comunicação com os SMSE-MA; uma desorganização com datas e prazos por parte do Judiciário, sem posteriores explicações ou justificativas; penalizações, mesmo que em meio a grande desorganização e ausência de protocolo de segurança para retomada (como explicitado em uma das respostas acima), a técnicos que tiveram dificuldades com os prazos de Planos Individuais de Atendimento; arbitrariedade nas ações e penalizações aos técnicos, sem seguir parâmetros homogêneos (por exemplo, um técnico foi punido por ter feito visita domiciliar em um caso de extrema vulnerabilidade em período de suspensão, enquanto outros não o foram); e, como já exposto, uma não consulta a esses trabalhadores, os quais tinham verdadeiro conhecimento de causa por estarem vivenciando direta e presencialmente a realidade do Meio Aberto.

6- RETOMADA DESCUIDADA DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS EM MEIO ABERTO

Conforme explicitado no último Eixo, houve muitos atropelamentos e descuidos na retomada da execução das medidas socioeducativas em Meio Aberto em setembro de 2021, especialmente no tocante à Prestação de Serviços à Comunidade. A PSC ficou suspensa desde março de 2020 até setembro de 2021, diferentemente da Liberdade Assistida, que foi retomada em agosto de 2020 e suspensa novamente em março de 2021. As respostas sobre essa questão foram muitas, porém vale sua exposição devido a sua extrema relevância:

Poucas unidades acolhedoras, maioria era da saúde, além de não ter garantia da segurança sanitária dos meninos./ Dificuldade em implementar as medidas./ O adolescente passou ao descumprimento e não responde a medida socioeducativa./ Nas primeiras semanas após a retomada das medidas, demos prioridade aos atendimentos que demandavam a elaboração do PIA e aos adolescentes e jovens que encontraram maiores dificuldades para realizar o atendimento à distância, mesmo sem a aprovação do Plano de Contingência dos Serviços de Medida Socioeducativas em Meio Aberto para situação de emergência em decorrência da COVID-19. Enquanto isso, o prazo de 30 dias para realizar e peticionar os relatórios sobre os comparecimentos manteve-se enquanto não havia protocolos de segurança de funcionamento dos serviços formalizados, situação que

expôs adolescentes e profissionais a maiores riscos durante este período. Após esta publicação, passamos a agendar o atendimento dos adolescentes em que foi possível manter maior comunicação, nos atentando a realizar os agendamentos com a atenção adequada, já que a pressa para cumprir os prazos reduz a qualidade deste processo./ Prestação de serviços a comunidade: Não houve equipamentos adequados nesse momento./ Período extenso de suspensão./ Pouca consideração dos pareceres técnicos em relação aos riscos epidemiológicos ao qual os jovens, famílias, profissionais e comunidade em geral são expostos com a retomada dos atendimentos presencias, deslocamentos e etc./ Quando as medidas de PSC foram retomadas entre 10/09/2020 e 17/09/2020 nos deparamos com decisão por parte deste DEIJ que reforçavam o entendimento de que a medida de PSC permanecia completamente aplicável, cabendo ao SMSE/MA disponibilizar entidade acolhedora, não considerando a real situação dos equipamentos da cidade e os nossos pareceres técnicos em relação à situação em nosso território de atuação, situação que felizmente foi alterada pelo CSM./ Há pouca consideração em relação aos pareceres favoráveis a extinção da PSC, considerando a crise sanitária e período transcorrido, além das dificuldades para retomada./ Durante a suspensão das medidas, fomos obrigados a manter o acompanhamento das PSC, ou seja, os adolescente ficaram cerca e 01 ano em meio em cumprimento de medida, que não foi a aplicada a eles, e esse período não foi considerado como cumprimento de medida, mas os jovens estiveram submetidos a acompanhamento socioeducativo - aqui, além do judiciário, destaca-se a falta de movimentação da defensoria pública diante dessas ilegalidades./ Uma das principais unidades acolhedoras é as UBS's, que até a presente data é inviável./ Quanto a retomada da PSC temos encontrado dificuldade de Unidade de Atendimento./ Estamos com a volta da PSC numa perspectiva bem morosa, as mudanças bruscas sem um devido acompanhamento pode dar diversas direções aos atendimentos o impacto foi bem negativo./ Total irresponsabilidade com a retomada da PSC./ Retomada atropelada, sem aguardar a vacinação dos jovens (COLETA DE DADOS, 2022).

A PSC envolve ter parcerias para Unidades Acolhedoras na rede pública e privada, que possam receber os jovens em cumprimento: primeiramente, os adolescentes não estavam vacinados; várias parcerias foram rompidas, especialmente com o SUS, devido ao atendimento voltado especialmente para COVID-19, além de protocolos sanitários que impossibilitavam o recebimento dos jovens; assim como muitos serviços do SUAS também se recusaram a receber devido a não vacinação e a restrições sanitárias nos serviços (SUS e SUAS são quase a totalidade das Unidades Acolhedoras que temos); além da grave exposição a qual tanto os adolescentes quanto o

público das Unidades Acolhedoras foram submetidos quando os jovens precisaram passar a ir presencialmente cumprir a PSC.

Sobre a Liberdade Assistida, foi exigido dos adolescentes, mesmo violando a brevidade das medidas que o SINASE e ECA garantem (como exposto no Eixo 1), que estes se vinculassem imediatamente aos serviços de Meio Aberto sob a ameaça de descumprimento, mesmo depois de meses de suspensão e proibição de atendimentos presenciais. Ou seja, as especificidades e complexidades do contexto pandêmico foram desconsideradas na retomada. Os prazos para PIA foram regulares (máximo de 30 dias), mesmo a situação sendo de exceção, a vinculação com os adolescentes tivesse um caráter específico e complexo e houvesse um número acumulado enorme de PIAs a serem feitos, devido aos meses de suspensão em que os adolescentes não deixaram de ser encaminhados para o Meio Aberto, porém não podiam ser atendidos.

7- ARTICULAÇÃO DE REDE FRAGILIZADA E PARCERIAS PREJUDICADAS

O trabalho socioeducativo tem como um de seus pressupostos a incompletude institucional, ou seja, de acordo com o SINASE:

(...) a incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes. (BRASIL, 2012).

A efetivação desse pressuposto e direito da adolescência atendida, especialmente durante a pandemia, mostrou-se enormemente dificultada devido tanto à suspensão de atendimentos presenciais em muitos serviços (como equipamentos responsáveis pela emissão de documentos, equipamentos da Assistência Social, as escolas, equipamentos de cultura etc) ou filas de meses para atendimento, e a falta de acesso à internet e tecnologia da população vulnerabilizada que atendemos (que, portanto, não teve acesso algum a esses equipamentos), quanto ao fato de muitos serviços, especialmente do SUS,

terem se voltado exclusivamente para o cuidado do COVID-19 devido à demanda. Essa importante questão surgiu nas respostas da seguinte maneira:

Boa parte do nosso trabalho envolve a articulação com outros serviços./ Não funcionamento dos órgãos públicos./ parcerias, articulação, outros serviços da rede fechados./ Deficiência do cumprimento das metas intencionadas devido ao fechamento dos serviços./ Rede socioassistencial foi fragilizada./ Serviços: Documentação, demora na emissão documentos, RG – quase 2 meses para agendamento e retirada./ Alistamento militar - gratuidade sendo realizada, mas muitas vezes não aceitando a solicitação somente com o termo de hipossuficiência, solicitando também encaminhamento social./ Demora para agendamento no CRAS (COLETA DE DADOS, 2022).

Portanto, compreendo que mais um pressuposto do ECA e SINASE (a incompletude institucional), foram feridos durante a pandemia.

8- GRANDE QUEDA NO NÚMERO DE ATENDIDOS

Outra situação vivenciada, ainda de difícil compreensão das determinações, foi uma queda enorme no número de atendidos, algo que todos os serviços em Meio Aberto de São Paulo citavam nas reuniões de articulação. Por exemplo, no serviço em que trabalho, com capacidade para 90 atendidos, estávamos apenas com 30. Frente a isso, ameaças sutis e veladas de demissão de técnicos ou fechamento de serviços se colocaram durante todo o período da pandemia, ainda que não tenham sido concretizadas. Novamente, ameaças do tipo afetam inevitavelmente a saúde do trabalhador, como visto no Eixo 3. Além disso, houve uma culpabilização dos próprios serviços, sem a crítica óbvia de que estes não são serviços de portas abertas (como os CAPS, por exemplo) e sim que recebe casos do Poder Judiciário. O Poder Judiciário não foi questionado nem ameaçado.

Nas respostas, algumas hipóteses e constatações foram citadas sobre essa questão:

A queda dos atendidos se dá, pois o judiciário não estava com tantas frequências aplicando as medidas / Diminuiu significativamente o número de atendidos / A queda do número de atendidos permanece, sem apresentação de justificativa plausível considerando que o número de atos infracionais não diminuiu / Tivemos muitas extinções e poucas entradas, nossos números caíram muito e houve

aditamento para redução da equipe. (COLETA DE DADOS, 2022).

Uma pesquisa rigorosa e aprofundada deveria ser feita sobre essa questão. Afinal, não é como se a criminalidade em São Paulo houvesse diminuído. Pelo contrário: com a grave crise econômica que o país enfrenta, conforme vimos no Eixo 2, a conclusão mais óbvia seria um aumento da criminalidade entre adolescentes. Deixamos esse ponto em aberto e incentivamos posteriores pesquisas sobre.

9- COLETIVIDADE PREJUDICADA PELA SUSPENSÃO DOS GRUPOS/ OFICINAS PRESENCIAIS

Trabalhar coletivamente é também outro pressuposto ético nos Serviços em Meio Aberto, essencial para o trabalho. Com a suspensão dos atendimentos presenciais, as oficinas de artes e grupos presenciais foram também suspensas. Houve tentativas de alguns serviços de fazer estes virtualmente, porém muitas dificuldades foram enfrentadas na tentativa de manter a grupalidade remotamente, como a falta de acesso à internet e tecnologias (conforme exposto no Eixo 2). A seguir, algumas das respostas que abordaram esse problema:

Dificuldade em implementar as oficinas / Afetou os atendimentos atividades em grupo / Perdemos a qualidade do serviço enquanto coletivo uma que não se pode realizar grupos de adolescentes e de família / Houve um rompimento de comunicação, atividades socioculturais, educativo e sociopolítica, uma vez que não são todos que detém aparelho de celular para atendimentos remotos. A Pandemia contribuiu para o afastamento da maioria dos adolescentes./ Além disso ainda pontuo a fragilização dos encontros de família./ Fizemos grupos online com maior adesão das famílias./ Houve oficinas online, porém com pouca adesão por parte dos atendidos pois muitos não possuem celular tampouco qualquer outro equipamento que o valha./ Tentativas de oficinas remotas, enfraquecidas pela falta de acesso a internet e dispositivos para tanto./ Realizamos Oficinas Virtuais de Artesanato com materiais recicláveis e Oficina Virtual de Cabeleireiro e Barbearia, tornando possível a participação de alguns jovens e famílias. (COLETA DE DADOS, 2022).

Assim como Miranda e Lopes (2021), compreendemos, em termos de coletividade, a socioeducação:

(...) como o educar para o coletivo, no coletivo e como coletivo (COSTA, 2004), o que reforça a natureza sociopedagógica existente nos preceitos do ECA, quando da adoção de um projeto social compartilhado, voltado ao desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social do jovem (MIRANDA, LOPES, 2021, p. 211).

Novamente: assim como a questão do vínculo, a questão da coletividade está longe de ser um mero detalhe no trabalho socioeducativo. Pudemos ver como os pressupostos da socioeducação foram violados sem grande crítica ou reflexão por parte daqueles responsáveis por tomadas de decisões municipais. Acredito que tais violações certamente deixarão um impacto que ainda se fará sentir.

10- PONTOS POSITIVOS E APRENDIZADOS

Como explicitado anteriormente, enquanto 100% dos participantes do questionário responderam que houve perdas durante a pandemia, 44,4% disseram que houve ganhos. A seguir, as respostas referentes a estes:

O atendimento online se tornou uma ferramenta a mais de trabalho. Porém, alguns ainda não possuem, ou utiliza de responsável, que trabalha e isso é um dos pontos que a comunicação fica mais dificultosa / Valorizamos a vida / Procura de outras formas e estratégias para o atendimento / Tivemos que inovar e pesquisar estratégias para chamar a atenção deles como o boletim online Facebook / Em virtude da pandemia muitas vezes o acompanhamento foi feito por meio remoto. O que nos aproximou dos responsáveis. Porque os contatos eram bem efetivos com eles / Novo formato de trabalho; resiliência / Luta e ampliação do coletivo das medidas socioeducativas. (POR CONTA DAS REUNIÕES ONLINE?)/ Com a suspensão das medidas, adotamos o teletrabalho e mantivemos o acompanhamento à distância, através de contatos periódicos com as famílias, por telefonemas, mensagens de texto e áudio e chamadas de vídeos através do WhatsApp Business. O uso deste aplicativo melhorou comunicação entre famílias e equipe técnica./ Inserção em Grupo de Famílias no WhatsApp, quando de interesse, para troca de informações e orientações./ Houve entrega de cestas alimentícias em ações sociais, com possibilidade de uso da verba para esse fim./ Após manifestações da equipe técnica, a Defensoria passou a pedir Habeas Corpus pros adolescentes, com bastante resultado de extinção das medidas./ Reuniões online, realização de serviços como emissão de documentação online. (COLETA DE DADOS, 2022).

Pensamos que, para muito além de romantizar esse momento difícil, faz-se necessário reconhecer a força e inventividade dos trabalhadores do Meio Aberto, mesmo frente a tantas precarizações e injustiças. Inclusive, um dos pontos que surgiu nas respostas acima foi o fortalecimento coletivo dos trabalhadores da cidade de São Paulo, já que os encontros virtuais possibilitaram que os trabalhadores estivessem juntos com maior frequência e em maior quantidade. Ou seja, fortalecemo-nos enquanto classe. Evocamos, a seguir, a compreensão de Ailton Krenak (2019) sobre resistência em meio à crise, pois pensamos ter sido essa justamente a luta dos trabalhadores dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto durante a pandemia de COVID-19:

por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos (KRENAK, 2019, p. 30).

Em todas as respostas, algo que implicitamente foi se mostrando é a imensa capacidade de leitura crítica da realidade por parte dos trabalhadores de nossa área, além da criatividade e disposição para resistir mesmo em meio, em palavras de Krenak (2019), do fim do mundo. Que sigamos resistindo com paraquedas coloridos, pois a pandemia não acabou e muito menos todas as desigualdades estruturais brasileiras que atravessam os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Conclusão

Concluo que, considerando que o objetivo geral do presente trabalho foi a tentativa de compreensão do impacto da pandemia COVID-19 nos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA) e o objetivo específico foi a investigação de como esses impactos aparecem nos discursos dos trabalhadores desses serviços e o que isso desvela sobre a realidade destes, ambos foram atingidos através da análise das respostas do questionário através do processo de saturação.

Nos Eixos, pude investigar e me debruçar de forma aprofundada em diversos significantes relevantes da realidade destes trabalhadores, que demonstraram os vários impactos, positivos e (majoritariamente) negativos, da pandemia COVID-19 nos SMSE-MA. Passamos, resumidamente, por assuntos como atendimento remoto e vínculo prejudicado, agravamento das desigualdades socioeconômicas e violências estruturais durante a pandemia; saúde física e mental dos trabalhadores dos SMSE-MA, falta de apoio institucional, relação do SMSE-MA com o Poder Judiciário, retomada descuidada da execução das medidas em meio aberto, articulação de rede fragilizada e parcerias prejudicadas, grande queda no número de atendidos e coletividade prejudicada pela suspensão dos grupos/oficinas presenciais.

Por fim, foi possível se constatar a imensa capacidade de leitura crítica da realidade por parte dos trabalhadores da área, além da criatividade e disposição para resistir mesmo frente a tantas precarizações e injustiças em meio a pandemia.

Referências

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, 2018.

BROIDE, Jorge; ESTIVALET, Emília. **População de rua: pesquisa social participativa**. Juruá Editora, 2018.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Companhia das Letras. 2019.

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes; LOPES, Clóris Violeta Alves. (2021). Diálogos sobre a socioeducação em tempos de pandemia. **Plurais Revista Multidisciplinar**, 6(1), 208-219. <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n1.10606>

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes; BARROS, Solange Maria de; ALVES, Juliano Cláudio. Ações socioeducativas em tempos de pandemia. *Revista Multilingue do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos*, 2021. Link: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4725>

NERI, Marcelo C. Fundação Getúlio Vargas. FGV Social. **Desigualdade de impactos trabalhistas da pandemia**. Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Vinuto, J. (2020). Ecos da pandemia nos sistemas socioeducativos: Masculinidades caricatas e suas propagações securitárias. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Reflexões na Pandemia*. pp. 1-13. Recuperado de <https://www.reflexpandemia.org/texto-42>.

